

# OPERÁRIAS DA SOGANTAL EM LUTA: UMA ANÁLISE CRÍTICA À HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA NO DEBATE SOBRE GÊNERO

## WOMEN WORKERS SOGANTAL IN STRUGGLE: A CRITICAL ANALYSIS OF PORTUGUESE HISTORIOGRAPHY IN THE GENDER DEBATE

PAMELA PERES CABREIRA\* <sup>1</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo trazer para o debate a (não) utilização da categoria analítica “gênero” na academia portuguesa, procurando problematizar as escolhas historiográficas nesse âmbito. Para tanto, selecionamos como objeto de análise o caso das operárias da empresa têxtil Sogantal, buscando demonstrar a importância e a necessidade de se enquadrar determinados conceitos na construção da história social. Metodologicamente, mobilizaremos um debate sobre o estado da arte relacionado ao tema, bem como a relação de fontes institucionais e de jornais operários na teorização sobre a luta das operárias da empresa referida. Buscar-se-á aproximar a historiografia portuguesa e a academia brasileira, relação ainda pouco desenvolvida no campo da história contemporânea, mas, sobretudo, na história sobre mulheres.

**Palavras-chave:** Portugal; operárias; gênero.

**Abstract:** This article aims to bring to the debate the (non) use of the analytical category “gender” in the portuguese academy, trying to problematize the historiographical choices in this context. To this end, the case of workers of the textile company Sogantal will be used as an object of analysis, seeking to demonstrate the importance and need to fit certain concepts in the construction of social history. Methodologically, a debate on the state of the art related to the theme will be used, as well as the relationship of institutional sources and workers 'newspapers in the theorization about the workers' struggle of the referred company. We will seek to bring portuguese historiography closer to the brazilian academy, a relationship still little developed in the field of contemporary history, but especially in the history of women.

**Keywords:** Portugal; women workers; genre.

---

\* Mestra em História pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e Doutoranda em História Contemporânea pela Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. Bolsista da Capes/Doutorado Pleno/Processo nº {88881.129278/2016-01}. Integrada ao Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais, vinculado ao Instituto de História Contemporânea da UNL. (E-mail: cabreiraperes@gmail.com).

<sup>1</sup> Artigo recebido em 05 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 12 de novembro de 2020.

## Introdução

A mais longa ditadura fascista da Europa teve o seu fim em 25 de Abril de 1974. Com um período de ditadura militar entre 1926 a 1933, Portugal viu-se diante de um novo regime, o Estado Novo, que, com características corporativistas, autoritárias e fascistas, perdurou lançando a maior parte da população ao esquecimento e os oponentes na clandestinidade, na prisão e na tortura. Foi um regime sustentado pela superexploração das colônias em África, pelo trabalho semiescravo e pela ideia de supremacia do branco sobre o negro. A “Revolução dos Cravos”, como ficou conhecida, inicia-se com um golpe militar, pelo médio oficialato já desgastado com as guerras de libertação em África, que se iniciaram em 1961. Contudo, a participação popular foi massiva e logo tornou-se um processo revolucionário que teve duração até o contragolpe de 25 de Novembro de 1975. Durante dezenove meses, o país experimentou a luta operária, a reforma agrária, a emancipação da mulher, os direitos trabalhistas, as nacionalizações, as ocupações de casas e terras e saneamentos. A efervescência por uma via socialista de sociedade estava em pauta.

Foi este o cenário em que se inseriu a luta da Sogantal, uma empresa majoritariamente formada por trabalhadoras mulheres, as quais tomaram a fábrica aos patrões, deram início a autogestão e percorreram uma intensa luta entre o “espírito revolucionário” e o “ser mulher” em uma sociedade que ainda estava presa às amarras de um longo período de repressão. Para compreender essas mulheres, torna-se indispensável perceber os fatores sociais que as faziam sentir-se ora capazes ora desabilitadas e desacreditadas na luta pelo direito ao trabalho e às melhores condições de vida.

A historiografia portuguesa tem renegado o estudo sobre as mulheres trabalhadoras para a história do país ou tem trabalhado com história de mulheres que se destacaram na cena política, literária ou artística. O comum é fazer-se “história das mulheres”, e não uma história social sobre as mulheres. Não se pretende neste artigo trazer respostas ou críticas que não sejam construtivas e discutíveis; pois buscamos enriquecer o conhecimento que se tem sobre a percepção da historiografia portuguesa a partir de uma revisão bibliográfica acerca das mulheres trabalhadoras e projetar possíveis reflexões sobre o uso analítico sobre o conceito de gênero.

## O estado da arte na historiografia portuguesa

“As mulheres sempre trabalharam. Elas nem sempre exerceram ‘profissões’”<sup>2</sup>. O trabalho feminino e a sua inserção no campo produtivo assalariado em paralelo com o papel/trabalho reprodutivo são ainda alvos de poucos estudos em Portugal. As mulheres das classes populares sempre trabalharam e, por exemplo, no contexto fabril (e têxtil, o qual abrigava o maior número de operárias) ter um trabalho assalariado era um aspecto primordial na construção da própria identidade social das mulheres enquanto “colaboradoras” ou, por muitas vezes, provedoras de toda renda familiar<sup>3</sup>. Estudos pautados na história social, na representação de uma “história vista de baixo” e, neste caso, sobre operárias em contexto revolucionário devem ser repensados e produzidos na historiografia portuguesa.

O estudo sobre mulheres no país tem sido concebido em três correntes abrangentes: (a) história das mulheres, tanto pesquisas sobre pessoas “famosas” (poetisas, monarcas, artistas, jornalistas, políticas etc.) quanto sobre a mulher cotidiana (em menor número), ou seja, é uma corrente baseada na relação analítica binária entre homens e mulheres; (b) história da organização e dos movimentos femininos/feministas do século XX; e (c) análise das mulheres na sociedade e na cultura que prioriza a relação interdisciplinar, resultando em estudos amplos nos mais diversos temas e áreas.

A primeira corrente constitui a maior produção historiográfica. Com a liberdade advinda do 25 de Abril e a entrada de muitas mulheres no ensino superior, a tendência de estudos sobre as mulheres foi destacada sobretudo na segunda metade dos anos 1970 e na década de 1980<sup>4</sup>. Contudo, não procuraremos classificar de forma estanque os grupos apresentados, mas buscaremos apresentar as variáveis nos principais estudos desenvolvidos em Portugal sobre mulheres e as percepções conceituais e analíticas que esses trabalhos desenvolveram.

---

<sup>2</sup> PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005, p. 251.

<sup>3</sup> CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora Unicamp, 2012, p. 203.

<sup>4</sup> Em 1970, a taxa de analfabetismo em Portugal rondava os 26%, com maior incidência nas mulheres. Em 2011, a taxa chegou a 5,2%. No ensino superior, há um aumento de 28% de inserção das mulheres entre 1970-2011. Em 1970, havia um total de matriculados de 38.335 (55,6% homens e 44,4% mulheres); em 1991, um total de 163.592 (44,8% homens e 55,2% mulheres); já em 2011, há um total de 384.774 inscritos, sendo 45,7% de homens e 54,3% de mulheres. Cf. INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014, p. 40.

Em 2002, Irene Vaquinhas produziu um breve texto sobre as possibilidades abertas no campo da pesquisa científica em Portugal após o 25 de Abril, sendo que a história das mulheres obteve fôlego a partir dessa abertura. Contudo, para a autora, em Portugal, “os estudos permanecem, salvo raras exceções, mais convencionais, empíricos, de cunho informativo e positivista ou neo-positivista”<sup>5</sup>, estando, até então, voltados para uma “história contributiva”, oposta à historiografia anglo-saxônica, francesa ou estadunidense preocupadas em relacionar diálogos e conceitos sobre o objetivo de se pensar a mulher na história.

Algumas obras destacam-se nessa abordagem da história das mulheres: Silva sobre “as mulheres portuguesas”<sup>6</sup> e Alvim sobre temas diversos, dentre os quais podemos citar a marquesa de Alorna e as relações com o feminino<sup>7</sup>; a mulher na expansão marítima; as relações entre moda e beleza; a educação; e, por fim, as donzelas no século XIX<sup>8</sup>. Sobre personagens famosas na história portuguesa, há as pesquisas realizadas por Delille<sup>9</sup>, que analisou as trajetórias de Carolina Michaelis e Ana Luísa Freitas; por Fiadeiro, que estudou a vida de Maria Lamas<sup>10</sup>; por Maria de Fátima Nunes, que investigou os caminhos de Angelina Vidal<sup>11</sup>; e por

<sup>5</sup> VAQUINHAS, Irene. Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História. *Ex æquo* [online], n. 6, pp. 147-174, 2002, p.148. Disponível em: <<https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/impacte-dos-estudos-sobre-as-mulheres-na-producao-cientifica-nacional>>. Acesso em: 22 out. 2020.

<sup>6</sup> SILVA, Maria Regina Tavares da. Mulheres portuguesas: Vidas e obras celebradas. Vidas e obras ignoradas. *Boletim da Comissão da Condição Feminina*, v. 4, pp. 37-51, 1981; SILVA, Maria Regina Tavares da. Heroínas da expansão e descobrimentos. *Cadernos Comissão Feminina*, Lisboa, v. 31, 1989; SILVA, Maria Regina Tavares da. *A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)*. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.

<sup>7</sup> ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. A marquesa de Alorna: de defensora das Luzes a agente contra-revolucionária. *Revista de História das Ideias*, Instituto de História e Teoria das Ideias, Coimbra, n. 10, pp. 265-279, 1988; ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. A marquesa de Alorna e as cartas de exílio em Inglaterra. *Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense*, Porto, IV, pp. 327-337, 1989; ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. Das donas e donzelas d'aquém e além-Douro. *O Tripeiro*, Portugal, 7 série, ano XVI, v. 3, pp. 79-85, 1997.

<sup>8</sup> Cf. ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. *A moda e a beleza feminina no Portugal da 1ª República. Conselhos e alvitres*. 1997. 247f. Dissertação (Mestrado em História Contemporânea) - Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Porto, 1997. ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. A mulher portuguesa e a expansão. Notas de crónicas e outros escritos. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, v. VII, 1993. ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas. Da educação da mulher no Portugal oitocentista: notas de um estudo. *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, v. V, 1990.

<sup>9</sup> DELILLE, Maria Manuela Gouveia. Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925): Uma alemã, mulher e erudita em Portugal. *Biblos*, Coimbra, LXI, 1985a; DELILLE, Maria Manuela Gouveia. Em memória de Ana Luísa Rodrigues de Freitas (1846-1919). Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. *Actas do Colóquio*, outubro de 1996, Porto, pp. 241-252, 1985b.

<sup>10</sup> FIADEIRO, Maria Antónia. *Maria Lamas (1893-1983), jornalista. Tentativa e tentação bibliográfica*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Aberta, Lisboa, 1999.

<sup>11</sup> NUNES, Maria de Fátima. Angelina Vidal e o mundo do Trabalho. Apontamentos de um discurso feminino. *A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais*, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, v.1, pp. 457-465, 1986.

Antônio Marques, que analisou a trajetória e os escritos de Ana de Castro Osório<sup>12</sup>. Sobre mulheres e instituições, organizações e lutas políticas também há trabalhos importantes<sup>13</sup>.

Destaca-se ainda outros dois grandes subtemas que emergiram com força na virada historiográfica pós 25 de Abril, sendo os estudos sobre a “mulher e família” e a “mulher na educação”. Esses dois subtemas sobressaíram-se na temática sobre o estudo das mulheres e envolveram, principalmente, análises do século XIX e abordagens sobre o Estado Novo<sup>14</sup>. Esses temas, bem como o feminismo e as condições de vida das mulheres, são inseridos na produção historiográfica por motivos que podemos apontar como institucionais e na via de incentivo de fatores externos. Na criação de programas ou disciplinas dentro das Universidades, o estudo das mulheres ganhou um novo campo de abordagem e, como aponta Vaquinhas, “[...] a história das mulheres foi um dos campos de investigação que então emergiu, beneficiando de uma série de circunstâncias favoráveis que proporcionaram o seu acolhimento no seio da disciplina histórica”<sup>15</sup>. Contudo, os movimentos feministas na busca por uma restituição da memória coletiva e as iniciativas reparativas impulsionaram o estudo sobre as mulheres portuguesas, sem, contudo, problematizar ordens de estatuto social, classe ou mesmo relações sociais existentes, tendo, na maior parte dos casos, um estado causal entre homens e mulheres.

<sup>12</sup> MARQUES, António Soares. Ana de Castro Osório e a literatura infanto-juvenil (subsídios para um estudo). *Beira Alta*, Portugal, XLIX, p. 227-240, 1990.

<sup>13</sup> BETTENCOURT, Ana Maria. **Mulheres Políticas: as Suas Causas**. Lisboa: Quetzal, 1995; ESTEVES, João Gomes. **A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma Organização Política e Feminista (1909-1919)**. Lisboa: CIDM, 1991; ESTEVES, João Gomes. **As origens do Sufragismo em Portugal**. A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918). Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998; GUIMARÃES, Elina. Mulheres Portuguesas Ontem e Hoje. **Cadernos Condição Feminina**, 24, Lisboa: CIDM, 1989; HELENA, Maria; KONING, Marijke de. **Lugares emergentes do sujeito-mulher: viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintassilgo**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.

<sup>14</sup> Cf. ARAÚJO, Helena Costa. **Pioneiras na Educação. As professoras primárias na viragem do século: Contextos, percursos e experiências (1870-1933)**. Lisboa, Instituto de Inovação Educacional, 2000. ALMEIDA, Ana Nunes de. A fábrica e a família – tópicos para uma reflexão. **Análise Social**, Portugal, v. XXII (91), 1986. AMORIN, Maria Norberta. Família e história: balanços e perspectivas. **Ler História**, Portugal, v. 29, pp. 5-18, 1995. ARAÚJO, Helena Costa. As professoras primárias na viragem do século: uma contribuição para a história da sua emergência no estado (1870-1910). **Organizações e Trabalho**, Portugal, v. 5/6, pp. 127-143, 1991. BAPTISTA, Luís A. Valores e imagens da família em Portugal nos anos 30. O quadro normativo. **A mulher na Sociedade Portuguesa; Visão Histórica e Perspectivas Atuais**, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, v.I, pp. 191-219, 1986. CASCÃO, Rui. Família e divórcio na Primeira República. **A mulher na Sociedade Portuguesa; Visão Histórica e Perspectivas Atuais**, Instituto de História Económica e Social, Coimbra, v.I, pp. 153-189, 1986. FONSECA, Maria Manuel Vieira da. Os papéis do homem e da mulher na família. **Educação e Trabalho**, Portugal, n. 30, 1984. GOMES, Joaquim Ferreira. **A mulher na Universidade de Coimbra**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

<sup>15</sup> VAQUINHAS, Irene. *Op. cit.*

Sobretudo nas décadas de 1980 e 1990, algumas obras abordaram os caminhos tomados pelos grupos políticos e/ou feministas após o período revolucionário, em uma constante busca para a compreensão tanto das conquistas quanto das frustrações que envolveram as lutas pelos direitos das mulheres (na prática e na teoria) com a implantação da democracia burguesa. Dentre esses trabalhos, ressalta-se aqueles desenvolvidos por Couto-Potache, Guimarães, Almeida, Joaquim, Magalhães, Pena, Perista e Tavares<sup>16</sup>. Suas obras são destacadas por terem moldado uma perspectiva organizacional em Portugal em diversos agrupamentos de mulheres e por promoverem a problematização dos feminismos correntes no país.

Quando apontamos os fatores exteriores, referimo-nos especificamente à Comissão da Condição Feminina, criada em 1977 e que se estendeu pelas duas décadas seguintes, bem como aos programas fomentados após a entrada na Comunidade Econômica Europeia (CEE). A inauguração de diversas revistas também contribuiu muito para que pesquisas sobre mulheres fossem desenvolvidas em Portugal, algumas advindas de colóquios com atas publicadas<sup>17</sup>. Salienta-se a primeira revista portuguesa sobre a história das mulheres, *Faces de Eva*, fundada em 1999, fruto da Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa, bem como a revista *ex æquo*, criada pela Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres também no ano de 1999. A revista *Análise Social*, multidisciplinar, foi e continua sendo um dos espaços mais férteis nas publicações historiográficas sobre as relações entre as mulheres e o trabalho.

Interessa-nos, contudo, mapear os trabalhos que trataram especificamente a mulher enquanto trabalhadora em diversos espaços. Tendo essa questão em vista, Almeida<sup>18</sup> relacionou

<sup>16</sup> COUTO-POTACHE, Dejanirah. Les origines du féminisme em Portugal. **Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle, Actes du Colloque**, jan. 1979. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 449-478, 1982; GUIMARÃES, Elina. **Sete Décadas de Feminismo**. Lisboa: CIDM, 1991; ALMEIDA, Ana Nunes. Mulheres e famílias operárias: a “esposa doméstica”. **Análise Social**, Portugal, n. XXVII v. 120, pp. 105-132, 1993; JOAQUIM, Teresa. **As Causas das Mulheres ou a Comunidade infigurável**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006; JOAQUIM, Teresa. **O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois**. Lisboa: Publicações D. Quixote, 2007; MAGALHÃES, Maria José et al (coord.). **Quem tem medo dos feminismos?** Coimbra: Nova Delphi, 2008; PENA, Cristiana. **A Revolução das Feministas Portuguesas (1972-1975)**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Aberta, Portugal, 2008; PERISTA, Heloísa. **Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens**. **Análise Social**, Portugal, n. 37, v. 163, pp. 447-474, 2002; TAVARES, Manuela. **Movimento de mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000(b).

<sup>17</sup> Cf. COLÓQUIO A MULHER NA SOCIEDADE PORTUGUESA, 1985. Faculdade de Letras, Coimbra. Ata: **A Mulher na Sociedade Portuguesa - Visão histórica e perspectivas actuais**. 2 volumes. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, 1986; 927p.

<sup>18</sup> ALMEIDA, Ana Nunes. As mulheres e a história da produção. **Educação e Trabalho (As Mulheres e o Trabalho)**, Portugal, n.32, pp. 16-22, 1984; ALMEIDA, Ana Nunes. Trabalho Feminino e estratégias familiares. **Análise Social**, Portugal, n. XXI, v. 85, pp. 7-44, 1985; ALMEIDA, Ana Nunes. Mulheres e famílias operárias: a “esposa doméstica”. **Análise Social**, Portugal, n. XXVII, v. 120, pp. 105-132, 1993.

o papel da mulher no campo produtivo e também no campo doméstico, além de investigar as relações entre os processos de migração e o impacto que estes provocavam nas famílias e no papel da mulher trabalhadora. Baptista<sup>19</sup> decerto é um dos maiores contributos dessa perspectiva, problematizando o papel da mulher trabalhadora e dos direitos das mulheres na origem do Estado-Providência e, assim, trouxe importantes dados sobre a condição do operariado feminino entre os anos finais do século XIX até a década de 1940. Antes disso, Dias<sup>20</sup> traçara um perfil sobre as mulheres no movimento operário na Primeira República. Em paralelo, Matias<sup>21</sup> privilegiou o estudo das mulheres operárias tabaqueiras em finais do XIX. Barradas<sup>22</sup> também abordou a relação contraditória entre os “feminismos” e o movimento operário, com destaque a se compreender que o feminismo não é algo unísono, mas sim uma multifacetagem de correntes, sendo necessário compreendê-las para não se pressupor um único “feminismo”. Sobre as relações de mobilidade, qualificação e trabalho, destacam-se Ruivo<sup>23</sup> e Ferreira<sup>24</sup> que priorizaram uma narrativa da mulher e o emprego<sup>25</sup>.

Com importantes contribuições sobre a mulher e o trabalho, as pesquisas citadas não abordam ainda, contudo, o período revolucionário português, tampouco foram baseadas em uma análise historiográfica transdisciplinar e conceitualmente aplicada sobre gênero. Acerca de estudos específicos sobre mulheres operárias no período revolucionário português, desconhecemos qualquer obra que tenha este como o principal objeto de estudo. Como bem destaca Alves em uma pesquisa sobre as militantes sindicais no início do século XX, há um

---

<sup>19</sup> BAPTISTA, Virgínia. **As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890- 1940)**. Lisboa: CIDM, 1999; BAPTISTA, Virgínia. **Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016; BAPTISTA, Virgínia. **Proteção e direito das mulheres trabalhadoras em Portugal – As origens do Estado-Providência (1880-1943)**. 2012. Tese (Doutoramento) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012.

<sup>20</sup> DIAS, José Henriques. Mulheres no movimento operário nos alvares da Primeira República. **Faces de Eva**, Lisboa, n. 3, pp. 61-79, 2000.

<sup>21</sup> MATIAS, Maria Goretti. As mulheres operárias: as tabaqueiras (1865-1890). **Boletim de Estudos Operários**. Lisboa, n.9, pp. 7-30, 1986; MATIAS, Maria Goretti. As operárias do século XIX e o mito da eterna feminilidade. **Educação e Trabalho (As Mulheres e o Trabalho)**, Portugal, n. 32, pp. 23-27, 1984.

<sup>22</sup> BARRADAS, Ana. Feminismo anti-operário. **História**, Portugal, ano XX, n.11, pp. 48-55, 1999.

<sup>23</sup> RUIVO, Beatriz. A mulher e o poder profissional: a mulher em atividade de investigação científica em Portugal. **Análise Social**, Portugal, n. XXII, v. 92-93, pp. 669-680, 1986.

<sup>24</sup> FERREIRA, Virgínia. Padrões de segregação das mulheres no emprego: Uma análise do caso português no quadro europeu. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Portugal: Um Retrato Singular**. Porto: Afrontamento, 1993.

<sup>25</sup> Cf. Mulher, Mobilidade e Cidadania. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Portugal, 50, 1998.

“silêncio ensurdecedor”<sup>26</sup> sobre o estudo das mulheres em Portugal Silêncio que é ainda maior ao se tratar das particularidades da vida operária feminina durante a revolução portuguesa.

Talvez uma exceção mais próxima ao nosso objeto seja a obra de Celeste Vieira, *Mulheres em Luta: a educação e dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960-1986)*<sup>27</sup>, que, apesar de não embrincar necessariamente no campo das discussões teóricas sobre classe operária e gênero, tem uma importante preocupação em trazer para o foco de análise um grupo de mulheres especialmente marginalizadas na história da historiografia abarcando, em partes da pesquisa, o período revolucionário. A autora declara, ainda, que a obra, fruto de seu mestrado em Educação, Gênero e Cidadania, “é um ato de justiça, também porque não se limita a narrar uma história de subalternização decorrente da classe, mas também decorrente do sexo”<sup>28</sup>.

Para se perceber, por exemplo, as mulheres que tomaram a fábrica Sogantal, ocuparam-na e reverteram os papéis da produção, faz-se necessário uma análise conjuntural. Para tanto, precisamos antes compreender quem eram essas mulheres, o contexto social, político e econômico que se encontravam, como foi a inserção da mão de obra feminina no setor produtivo no país e, a partir disso, buscar compreender os desenvolvimentos das lutas das trabalhadoras de Sogantal. Logo, perceber o significado de “ser mulher” no período proposto é de suma importância para a qualidade da historiografia que busca tratar as mulheres trabalhadoras enquanto participantes ativas no fazer história.

Apesar da afirmação de Silva no primeiro número da revista *ex æquo* de que “em história das mulheres o conceito de gênero é constantemente utilizado na prática sem que os historiadores *percam tempo com a sua análise ou o coloquem em evidência em seus estudos*”<sup>29</sup>, recusando que os estudos sobre mulheres devam ser interdisciplinares, entendemos que, pelo contrário, não apenas a história, como qualquer outro campo da ciência, deve ser bastonária em forjar conceitos que fiquem única e exclusivamente fechados a esses campos, mas que deve haver uma troca e uma relação entre as áreas — quando necessária — para que possamos

---

<sup>26</sup> ALVES, Paulo Marques. Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres. *Jornal of studies on citizenship and sustainability*, Porto, v. 3, pp. 158-177, 2017.

<sup>27</sup> VIEIRA, A. Celeste. **Mulheres em Luta: a educação e dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960-1986)**. Porto: Edições Afrontamento, 2018.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 13.

<sup>29</sup> Grifo meu. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Os estudos sobre as mulheres: a difícil interdisciplinaridade. *Ex æquo* [online], n.1, pp. 29-32, 1999. Disponível em: <<https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/os-estudos-sobre-as-mulheres-a-dificil-interdisciplinaridade>>. Acesso em: 20 out. 2020.

ultrapassar o sectarismo dentro das análises e pesquisas. Parece-nos que falar de gênero no curso de história em Portugal, até recentemente, era visto como um “crime acadêmico”, que misturava militância feminista com pesquisa científica. Projetos recentes entre pesquisadores/as de diversas nacionalidades, dentre os/as quais brasileiros/as, estadunidenses, espanhóis/olas, alemães, ingleses/as<sup>30</sup>, demonstram como utilizar a categoria gênero no campo da história é vantajoso se a ideia é perceber não apenas a relação entre homens e mulheres, mas também as particularidades na construção identitária cultural e social de cada um.

Ana Maria Costa Lopes, em contrapartida — também no primeiro número da *ex æquo* —, elucidou uma importante posição teórica num entrelaçamento entre a análise do sexo (privilegiada pela história das mulheres) e do gênero e apontou que “não separámos os conceitos gênero e sexo; antes pelo contrário, operámos uma espécie de ‘miscigenação’ entre ambos, fazendo jus teórico à passagem cronológica de uma visão biológica, mais comum, para uma outra, cultural e social, actualmente aceite”<sup>31</sup>. Mesmo com o tema de pesquisa voltado para o século XIX, a autora desenvolveu um estudo que relacionasse ambas as análises, sem *perder tempo* com descrições conceituais alongadas, mas sim demarcando uma posição teórica necessária em sua pesquisa.

Há também um interessante resgate teórico e de memória sobre as operárias que trabalharam e rebelaram-se numa fábrica de louças no livro intitulado *Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém*<sup>32</sup>, publicado em 2001. Nesse volume, buscaram “entender o estado mental da sociedade em que esta Mulher concreta, a mulher operária de Sacavém, da Fábrica de Loiça

<sup>30</sup> Cf. PEDRO, Joana. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, Rio de Janeiro, v.12, n.22, jan/jun, pp. 270-283, 2011. STOLCKE, Verena. Mulheres e Trabalho. *Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 26, 1990. SCOTT, Joan. On language, gender and working-class history. *International Labor and working-class history*, n. 31, pp. 1-13, 1997. THOMPSON, Dorothy. Las mujeres y la radicalidad política en el siglo XIX: una dimensión ignorada. *Revista Mora*, Buenos Aires, v. 19, n.2, 2013. HALL, Catherine. La historia de Samuel y Jemina: Género y cultura de la clase trabajadora em la Inglaterra del siglo XIX. *Revista Mora*. Buenos Aires, v. 19, n.2, 2013. BOCK, Gisela. La historia de las mujeres y la historia del género: aspectos de um debate internacional. *Historia Social*, Universidad de Valencia, Valencia, v.9, 1991. ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, pp. 34-58, 2015. SANCHÉZ, Pilar Díaz. Historia social e Historia cultural de las mujeres. Apuntes para um debate. *Revista de Historiografía*, n. 22, pp. 13-23, 2015. CRISTÓBAL, Gloria Nielfa (coord). *Mujeres y hombres en la España franquista*: Sociedad, economía, política, cultura. Madrid: Editora Complutense, 2003. Importantes núcleos de pesquisa sobre gênero publicadas em: *Núcleo de Estudos de Gênero Pagu*, da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), e *Revista Estudos Feministas*, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

<sup>31</sup> LOPES, Ana Maria Costa. Sexo e Género: Algumas notas epistemológicas para a análise da mentalidade no século XIX. *Ex æquo*, Portugal, n.1, pp. 45-60, 1999, p. 45.

<sup>32</sup> ASSUNÇÃO, Ana Paula, et.al. *Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém*. Edição por Museu de Cerâmica de Sacavém; Divisão de Patrimônio Cultural; Departamento Sociocultural e Câmara Municipal de Loures. Depósito Legal nº 164787/01. 2001.

de Sacavém, viveu”<sup>33</sup> e concluem “que a condição feminina não é um dado biológico, de nascença. É isso sim, uma questão cultural”<sup>34</sup>, em que as operárias vivenciaram papéis historicamente assumidos e transmitidos.

Desta feita, o campo de análise entre a história das mulheres e a história de gênero começou a ser possível com a abertura de programas e de diálogos inter e multidisciplinares em algumas universidades portuguesas. Ainda há um campo fértil para debates, o que sempre enriquece as pesquisas envolvidas e que esperamos regar com esta exposição, sobretudo no que toca ao operariado feminino contemporâneo, no período pós 25 de Abril. Esse entrelaçamento temático e temporal é ainda uma lacuna e um importante tema a ser impulsionado por pesquisas historiográficas, utilizando os aportes teóricos da história e das demais ciências sociais.

### **O caso Sogantal: uma perspectiva do operariado feminino português**

A compreensão do trabalho e de seu espaço de interação deve ser percebida em diversas faces, seja social, político, pessoal etc. No ambiente laboral, laços de solidariedade são criados e a consciência de luta, a resistência e o poder podem ser alcançados pelos trabalhadores. O trabalho visto como apenas uma atividade fundamental para a reprodução biológica e/ou para a manutenção da máquina capitalista, sem que se faça uma reflexão sobre esse sistema, desvirtua a compreensão da capacidade de interação em todos os níveis do campo social.

Durante momentos de crise, os processos revolucionários ou a iminência de uma janela histórica de mudanças alcançam maior intensidade. O 25 de Abril de 1974, em Portugal, mostra-nos um importante momento em que a luta por mudanças era latente. nos mais diversos setores de fábricas e indústrias Mas, não só uma nova alternância nas condições da mulher e o papel desta como trabalhadora estavam em xeque, como também as lutas paralelas por habitação, saúde e educação. A luta da classe operária e do proletariado por mudanças estruturais no sistema deve ser percebida não como um grupo homogêneo ou um bloco indivisível. Homens e mulheres ocupam, historicamente, diferentes espaços de vivência. Logo, perceber as diferentes nuances do universo de trabalhadoras no contexto do período revolucionário português é ainda um desafio a ser concretizado.

---

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 13-15.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 13-15.

O objeto escolhido para percorrer essas engrenagens é emblemático: 48 operárias, entre os 13 e 24 anos, tomaram a empresa têxtil Sogantal em autogestão, criando laços de solidariedade com outras empresas e desenvolvendo uma estrutura administrativa, que contava com a circulação de material escrito, reuniões e mesas de discussões sobre os caminhos a serem adotados na empresa. Muitas dessas mulheres eram solteiras, mas muitas outras eram casadas, com filhos e necessitavam criar um paralelo entre a atividade política, do trabalho e suas “obrigações” domésticas. Isto demonstra-nos a dificuldade e as contradições do papel da mulher na construção de uma sociedade, na promoção de um socialismo utópico e na concretização de uma democracia burguesa em que os direitos das mulheres seriam amplamente conquistados.

A Sogantal era uma empresa francesa, especializada na produção de roupas esportivas, e fundou uma fábrica localizada no Montijo, região industrial de Lisboa<sup>35</sup>. Os únicos homens que trabalhavam na empresa eram precisamente o segurança, português, e o diretor, francês. Foi uma das primeiras empresas a entrar em autogestão e a reconhecer a apresentação das reivindicações dos trabalhadores aos patrões e ao Ministério do Trabalho. A empresa, até meados de 1973, produzia luvas e basicamente manteve o quadro de funcionários quando o grupo Lamont, também francês, assumiu a fábrica e converteu a produção para roupas específicas a prática de exercícios físicos. Com essa mudança, segundo as operárias, as condições de trabalho pioraram, os prêmios aumentaram e os salários diminuíram. Uma ocorrência foi emitida coincidentemente no dia 25 de abril, quando uma das operárias, Lucia Palma, enfrentou a encarregada depois desta não querer autorizar a saída de Lucia para a pausa, os 15 minutos do café, no período da tarde, ficando a trabalhadora suspensa por três dias, obviamente, não remunerados<sup>36</sup>.

No dia 20 de maio de 1974, as trabalhadoras da Sogantal apresentaram um caderno reivindicativo à administração patronal, em que exigiam, entre outras coisas: (a) o reconhecimento patronal das representantes sindicais e do grupo de trabalho, “escolhidas livremente pelo restante pessoal operário como representantes legais dos seus justos anseios, e a garantia de que não serão feitas represálias nas suas pessoas”<sup>37</sup>; (b) que se permitisse o acesso

---

<sup>35</sup> Esse dado ainda é volátil, visto que as próprias operárias rondam números próximos. Logo, é uma média das idades que foram apresentadas em diversos momentos.

<sup>36</sup> Lucia Palma; entrevista semidiretiva concedida à pesquisadora em setembro de 2018, Samouco, Portugal.

<sup>37</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indenizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

dessas representantes ao sindicato, aos órgãos oficiais e à gerência; (c) que se vigorasse o contrato coletivo de trabalho; (d) o ordenado em regime mensal; (e) o aumento de 1250 escudos mensais, sem distinções de categorias, destacando que o valor não chegaria aos 3300 escudos estabelecidos pelo Ministério do Trabalho; (f) o aumento dos valores dos prêmios; (g) o pagamento de todas as diferenças de salários que estavam em atraso; (h) melhores condições nas instalações da empresa, como reparos no refeitório e a criação de uma sala de reuniões e confraternização, as quais ficariam vedadas à participação do patronato, da gerência e de todo o pessoal de hierarquia mais elevada, salvo exceções; e (i) o décimo terceiro mês e que fosse pago até o dia 10 de dezembro a todas as funcionárias, sem distinções.

Essas reivindicações não eram meras condições estanques. Demonstrem não apenas a capacidade de enfrentamento das operárias, como também uma aproximação de radicalização na forma como estas se organizaram, indo contra as condições impostas pelo patrão e confrontando uma realidade na esfera doméstica, uma vez que impuseram o cuidado das casas e dos filhos muitas vezes aos maridos, dividindo e recompondo essas atividades. A aproximação das operárias da Sogantal com o Movimento de Esquerda Socialista (MES), já em finais de 1974 — que na altura continha um programa de certa forma situado à extrema esquerda —, também se tornou representativo na maneira como estas vislumbravam a própria luta, sobretudo, quando advogavam pela auto-organização dos trabalhadores ou das nacionalizações de indústrias chave no país. Não é possível afirmar que essas trabalhadoras estavam de fato vislumbrando uma sociedade socialista, senão tratando das primeiras necessidades que lhes apareciam; porém, a forma como agiram e a potencialidade de suas críticas e ações são fatores de luta e de resistência.

Postas as exigências do caderno reivindicativo, o grupo por trás da Sogantal, sobretudo o “Sr. Ladart”, dono da fábrica, recusa-as alegando que, do contrário, a empresa iria à falência. Como resposta, as operárias entraram em baixa de produção, ocupando a fábrica e os escritórios em 27 de maio. Já no dia 30, os patrões declararam que a fábrica fecharia e que os salários não mais seriam pagos, uma vez que as trabalhadoras não haviam produzido o suficiente (estavam em produção lenta)<sup>38</sup>. Diante da posição patronal, as operárias decidiram vender as vestimentas prontas para manterem seus salários, ao que os patrões abandonaram a empresa e, diante da iminente perda dos postos de trabalho, as trabalhadoras resolveram manter por si próprias o

---

<sup>38</sup> **Combate**. Ano I, n.1, 21 de junho de 1974.

funcionamento da empresa e produzir na composição da autogestão. Criando relações com empresas ao seu redor, seja em boletins ou entrevistas, as operárias lançam o *Jornal da Sogantal*, que em seu primeiro número aponta a direção da luta na fábrica:

A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, devido também à 'docilidade' dos trabalhadores garantida que, começando no local de trabalho se estendia até a bem conhecida acção das várias polícias [...]. Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, o patronato pretende encerrar as instalações em Portugal. Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar essa situação; não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações [...] Afirmamos a nossa disposição de lutar até o final e não hesitarmos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras<sup>39</sup>.

As operárias decidiram que a Assembleia Geral era o órgão soberano de decisão em que se discutiam os problemas da vida quotidiana e as soluções que eram necessárias de se pôr em prática. Já na primeira assembleia depois que a fábrica foi ocupada, as trabalhadoras decidiram tomar em mãos a organização tanto da luta operária quanto da vida particular em função da nova realidade. O gerente e uma encarregada foram postos a correr. Outra encarregada, Idalina Sena, aceitou ficar na fábrica, porém, ocupando uma função igual e recebendo o mesmo salário que as restantes operárias. A partir desse momento, passaram a tratar dos assuntos antes dominados pelo gerente e pelo diretor da fábrica. Em entrevista concedida em setembro de 2018, Idalina expõe o ano de 1974 como o mais ativo, caracterizado pela liberdade e pela integração das trabalhadoras e pela peleja em se fazer vender os produtos. Relata, sobretudo, a capacidade organizativa e de camaradagem que integrou esse grupo. Segundo Idalina, nada significou sua posição anterior como encarregada, pois, naquele momento, ela se transformara em “revolucionária”!<sup>40</sup>

A decisão de tomar a fábrica e autogerir a produção era demasiadamente perigosa pois atingia em cheio o “inviolável” direito da propriedade privada. A reação dos patrões franceses chegou em 24 de agosto, quando decidiram invadir a empresa e tirar de lá as máquinas e as 31.000 peças de roupa já finalizadas, de forma a levarem todo esse material para França. Em

---

<sup>39</sup> SEM AUTORIA. O nosso primeiro comunicado. *Jornal da Sogantal*. n 1. Disponível em: <<https://ephemerajpp.com/2012/11/10/jornal-da-sogantal/>>. Acesso em: 21 out. 2020.

<sup>40</sup> Idalina Sena; entrevista semidiretiva concedida à pesquisadora em setembro de 2018, Samouco, Portugal.

relatos nos arquivos do Ministério das Finanças, mas também em entrevistas realizadas com algumas ex-operárias, apresenta-se que o patrão contratou um grupo de 14 mercenários franceses que assaltaram a fábrica de madrugada, “armados de pistolas, granadas, matracas, gases lacrimogêneos e cães, sequestraram o guarda e iniciaram um processo de desmonte de maquinários e inventariado”<sup>41</sup>. A população do bairro próximo à fábrica cercou as instalações convocando as operárias que ali residiam, criando uma esfera de resistência. A Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Comando Operacional do Continente (COPCON) acabaram por retirar os franceses “a salvo” do motim que se formava.

As investidas violentas nas fábricas que optaram pela ocupação e autogestão foram constantes e, assim, os trabalhadores e as trabalhadoras, resistindo noite e dia, buscavam o apoio da população e de fábricas vizinhas. Ainda é possível perceber que não é apenas a consciência revolucionária, ante a exploração do trabalho, que se realiza com o cotidiano da luta autônoma. As operárias da Sogantal não apenas entram em ruptura com a hierarquia do sistema capitalista quando rompem a barreira do trabalho manual e intelectual, mas também rompem dia-a-dia com os valores opressivos que fazem parte da ideologia desse sistema. Numa coletânea de depoimentos organizada por Francisco Martins Rodrigues, intitulada *O Futuro era Agora*, a respeito do movimento popular do 25 de Abril, José Maria Ferreira relata sua aproximação com a Sogantal e diz:

Casos semelhantes estavam a dar-se noutras empresas mas aqui a ocupação assumiu radicalidade invulgar: supressão das cadências e dos horários obrigatórios; abolição das hierarquias; igualização dos salários; rotação das tarefas, inclusive de direcção; e, mais subversivo ainda, encetar a venda directa da produção. Tudo isto teve uma outra consequência da maior importância: as mulheres começaram a libertar-se do marido e da família, dos valores patriarcais vigentes<sup>42</sup>.

Nesta altura, a pressão sobre os governos provisórios era intensa e a multiplicação de manifestações sociais espalhava-se pelo país. O Segundo Governo Provisório, que toma posse em 18 de julho de 1974 tendo como primeiro-ministro Vasco Gonçalves, apoiado pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), mantém-se no poder apenas até 30 de setembro do mesmo ano. Podemos compreender esse período de instabilidade pelas pressões exercidas nos

---

<sup>41</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

<sup>42</sup> FERREIRA, José Maria. Autogestão na Sogantal. In: RODRIGUES, Francisco Martins (org.). **O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994, p. 46.

mais diferentes meios sociais e institucionais, sem esquecermos também das forças internacionais que imperavam no momento. No sentido de defesa da força social exercida em Portugal, realça-se “a incapacidade de haver acordos institucionais prende-se com a impossibilidade de conjugação de projetos políticos, impossibilitados de realizarem-se pela dinâmica do movimento social, e não o seu inverso”<sup>43</sup>. A Sogantal compôs, em conjunto com milhares de outras movimentações populares, condições importantes para a abertura de caminhos para diversas conquistas e diferentes experimentações de lutas e contribuiu para a construção de uma relação dinâmica entre o poder institucional e o poder das manifestações sociais.

Na dinâmica da autogestão, as operárias dividiam-se entre as ficavam na fábrica em produção e aquelas, que tinham carro, que saíam para vender em Lisboa, Porto e Braga. Participaram em diversos eventos, gravaram cantigas e produziram peças de teatro, impulsionando, de diferentes maneiras, tanto a relação entre as empresas e os sindicatos quanto as próprias vendas. Em entrevista, as operárias disseram que muitas das companheiras deixaram a ocupação e foram buscar emprego em outros locais e em outras áreas. Estima-se que aproximadamente 25 operárias ficaram na Sogantal até meados do ano de 1976. Em 1985, os patrões franceses receberam uma indenização de 40 milhões de escudos<sup>44</sup>, uma inversão e derrocada total da luta revolucionária dessas mulheres operárias.

Especificamente, entre as 12 ex-operárias entrevistadas, todas passaram por dificuldades em conseguir emprego ou estabilidade na década de 1980 e, em verdade, algumas delas, hoje na casa dos 60 anos, trabalham horas a fio por salários mínimos e possuem condições de vida, pode-se dizer, instáveis. A democracia em capitalismo, claramente, não foi a saída esperada pelas trabalhadoras da Sogantal e por tantos outros operários e trabalhadores em todo o país. Como aponta Varela, o Pacto Social nasceu em 1975 a partir das lutas do 25 de Abril e da cedência da burguesia por uma estabilidade democrática em capitalismo, mas também tem o início do fim nos primeiros anos da década de 1980, com as perdas de direitos e a tomada de

---

<sup>43</sup> VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. **Outros Tempos**, UEMA, v.11, n.17, 2014, p. 212.

<sup>44</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

políticas e estratégias neoliberais<sup>45</sup>. Mais uma vez, quem perdeu foi o povo e, neste caso, perderam ainda mais as mulheres por se voltarem à esfera da dupla opressão promovida pelo capitalismo e pelo patriarcado.

É ímpar destacar, portanto, o estudo do caso das operárias da Sogantal fora do enquadramento do bloco monolítico enquanto “classe operária”, perspectiva que ainda encontra-se em falta. Aponta-se como exemplos importantes estudiosos/as da Revolução Portuguesa, autores como Costa, Varela, Mailer, Brinca e Baía, Cerezales, Suárez, Oliveira, Maxwell e Rezola<sup>46</sup>, que, ao buscarem explicar os processos históricos de diferentes ângulos e correntes analíticas, inserem em suas obras um cômputo de lutas travadas durante o período revolucionário, tendo o cuidado de citar e descrever algumas lutas que foram específicas ou primordialmente de mulheres. Tornando-se pesquisas de grande importância para a historiografia, os trabalhos dos autores supracitados optam por centrar-se em diferentes fios que construíram o todo revolucionário, mas não abordam, especificamente, o campo da luta operária feminina, sendo, ainda, uma lacuna a ser preenchida.

Sob o risco esquemático de não citarmos outras obras, colocamos os principais eixos historiográficos em Portugal que retratam o estudo sobre as mulheres. Demonstramos, especificamente, a lacuna sobre as operárias, sobretudo, em um momento tão rico e importante como a revolução portuguesa e sob a égide teórica do estudo de gênero.

### Debate conceitual: gênero e história

O objeto tratado neste artigo insere-se no debate da história contemporânea. Cruzando perspectivas teóricas da história social e da história global do trabalho e considerando as

---

<sup>45</sup> VARELA, Raquel. Ruptura e pacto social em Portugal (1974-2012). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 49, pp. 335-368, 2013.

<sup>46</sup> COSTA, Albérico Afonso. **Setúbal, cidade vermelha 1974/1975**. Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar. Setúbal: Estuário, 2017; VARELA, Raquel. **História do Povo na revolução Portuguesa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014; MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Lisboa: Antígona, 2018; BRINCA, Pedro; BAÍA, Etevína. **Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal: 25 anos depois**. Setúbal: Setúbal na Rede, 2001; CEREZALES, Diego Palacios. **O poder caiu na rua, Crise de Estado e acção colectiva na revolução portuguesa 1974-1975**. Lisboa: ICS, 2003; SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História dos séculos XIX e XX). - . Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2008; OLIVEIRA, Luísa Tiago. **Estudantes e Povo na Revolução: o Serviço Cívico estudantil (1974-1977)**. Oeiras: Celta Editora, 2004; MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; REZOLA, Maria Inácia. **25 de Abril: mitos de uma revolução**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.

sobreposições e os distanciamentos entre conceitos como classe operária e gênero, buscamos criar relações *para* e *com* a sociedade portuguesa contemporânea nos desdobramentos que repercutiram durante o período revolucionário no país.

O debate teórico e conceitual é construtivo na compreensão dos pontos de partida e chegada para o atual projeto, de forma que o exercício de análise deve ser percebido para além das ideias abstratas, pois trata-se de uma percepção a partir das especificidades da relação entre classe operária e gênero. Estes são conceitos que entrelaçam-se e ao mesmo tempo superpõem-se no entendimento tanto de consciência de classe como da subjugação do papel da mulher — enquanto categoria analítica problematizadora na história social —, desenvolvido enquanto operária tanto na dinâmica como trabalhadora assalariada quanto nas relações da família, do matrimônio e da maternidade.

Integrando uma perspectiva analítica sobre gênero dentro da história social e, neste caso, associado às categorias marxistas, o estudo da mulher trabalhadora no mundo contemporâneo tem se intensificado em países como Alemanha, Argentina, Brasil, Espanha, Estados Unidos da América e França. Em Portugal, muito se pesquisa na historiografia corrente sobre o movimento operário como um todo, sem se embrenhar nas diferentes análises de gênero.

Segundo a distinção forjada por Joan W. Scott<sup>47</sup>, o sexo deriva da diferença biológica entre homem e mulher, de uma forma exclusivamente binária e determinada (base da teoria adotada no campo da história das mulheres)<sup>48</sup>, enquanto gênero trata-se de uma construção em torno de padrões e características direta ou indiretamente impostas socialmente, valendo tanto para o “se ser” homem como o “se ser” mulher. Ou seja, falar de gênero não é apenas falar do

---

<sup>47</sup> SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n.5, pp. 1053-1075, 1986.

<sup>48</sup> Exemplo da defesa irredutível da questão biológica pode ser acompanhada nesta passagem: “A opção assenta também na hipótese de que não existem dois sexos separados, como duas espécies o seriam, mas um processo de diferenciação sexual, de fronteiras muitas vezes fluidas, cuja apreensão constitui o fulcro do nosso trabalho. Por oposição a uma definição biológica ou naturalista do masculino e do feminino, a maior parte dos autores desta *História* optou por uma definição cultural e histórica. À maneira anglo-saxónica, distinguem o sexo (biológico) e o gênero (cultural), e privilegiam a investigação deste último, única categoria historicamente visível. A construção do gênero resultou das relações entre poderes cuja actuação inclui o desdobrar-se das imagens e da organização simbólica do universo, tanto no plano mais transcendente como no mais familiar. Mas, objectar-se-á, será possível esquivar tão facilmente a diferença biológica? Não será isso o mesmo que negar a presença dos corpos e a força do desejo? A diferença dos sexos não será, afinal de contas, discernível desde o nascimento e do primeiro balbuciar da criança e, por isso, bem vistas as coisas, incontornável? Da ordem de uma invariante que confina com a essência? Abre-se, sem dúvida, aqui um tema de debate, com uma fracção dos psicanalistas, bem como com as feministas da ‘diferença radical’ empenhadas em captar e em pensar o feminino irredutível”. FARGE, Arlette; PERROT, Michelle. Debate. In DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *As mulheres e a história*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. pp. 62-63.

sexo feminino, mas de todas as formas de identidade relacionadas às expectativas e influências sociais.

É crível a posição destacada das autoras francesa Daniele Kergoat e brasileiras Helena Hirata e Elisabeth Souza-Lobo de que “a classe operária tem dois sexos”<sup>49</sup>. Esta é primordialmente uma problemática a ser analisada, ou seja: ter em perspectiva que a classe operária não é homogênea, não é constituída por um bloco sólido de características fechadas em si mesmas; mas é um leque de singularidades que compõe a estrutura do regime capitalista, do lugar de fala e de atuação das mulheres. Isto é fundamental para a compreensão do nosso objeto de análise, pois, assim, observamos que as mulheres trabalhadoras e suas funções em duplas e triplas jornadas são vistas a partir de uma “naturalização biológica” da função social da mulher, ou seja, do gênero feminino e de suas características dadas como adequadas para o desempenho de um papel a ser desenvolvido socialmente. Neste caso, acrescentaria: a classe operária tem dois sexos, gêneros, cor e nacionalidades.

Diversas características concorrem na importância dessa abordagem. No campo da história social convém resgatar e reclamar o estudo de gênero enquanto protagonista de um “fazer-se história”, de perceber os motivos e causas da exploração e da segregação feminina para chegarmos ao entendimento do porquê as mulheres, por tantos anos, foram colocadas em segundo plano ou como meras coadjuvantes na historiografia sobre os acontecimentos mundiais. A necessidade que se impõe atualmente é a de desmistificar essa problemática dentro da história social como militância desvinculada de aporte teórico e analítico para se compreender historicamente o papel desempenhado pelas mulheres trabalhadoras. Determinados conceitos e entrelaçamento de perspectivas são essenciais para percebermos eventos contemporâneos sob a ótica dos conflitos sociais, da classe trabalhadora e, sobretudo, neste estudo de caso, das relações de gênero.

Os anos de 1970 inauguram uma intensa crítica sobre a unidade do conceito de “classes sociais” sem levar em conta as especificidades contidas nesse grupo analítico, traduzido nas obras de Dorothy Smith, Nancy Hartsock, Christine Delphy e Colette Guillaumin<sup>50</sup>.

---

<sup>49</sup> HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, n. 1, 1994, pp 93-100; SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

<sup>50</sup> SMITH, Dorothy. **The everyday world as problematic: a feminist sociology**. Boston: Northeastern University Press, 1987; HARTSOCK, Nancy. **The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism in** HARDING, Sandra (org.). **Feminism and Methodology**. Bloomington: Indiana

Correntes historiográficas relacionadas à história das mulheres e à história de gênero têm criado férteis discussões sobre as possibilidades teóricas de análise em torno dos conceitos adotados. Buscando a manutenção da história das mulheres sobre uma perspectiva de gênero, muito se discorreu na academia francesa nos anos 1990, com destaque para autores como Georges Duby e Michelle Perrot. Esses pesquisadores organizaram uma obra publicada em 1995, *As mulheres e a história*<sup>51</sup>, após a publicação da extensa coletânea intitulada *História das Mulheres*<sup>52</sup>. Naquele livro, Perrot e Duby ressaltam a invisibilidade imposta às mulheres na historiografia e percebem que as análises devem priorizar o estudo da historicidade das relações entre os sexos. Importante impulso para se perceber os diferentes papéis históricos da mulher ao longo de vinte séculos, a coletânea, por sua vez, é sem dúvidas um marco para o estudo das mulheres.

Contudo, certa confusão impera nas discussões dicotômicas entre as posições teóricas. Perrot distingue a história da virada linguística de algumas alas feministas sobre o estudo de gênero como uma “ruptura epistemológica”, enquanto a via francesa estabelece que restrinja-se a “história das mulheres, mais interessada nos confrontos e penetrações do que nos afrontamentos e secessões”<sup>53</sup>. Ora, nem toda a análise que parte de um viés de gênero é empregada pela categorização feminista ou debruçada sobre os fundamentos epistemológicos da virada linguística. Dentre muitas outras, autoras como Cinzia Arruzza<sup>54</sup>, Stolke<sup>55</sup> e Alambert<sup>56</sup> aderem à utilização do conceito gênero em uma relação embrincada com o marxismo partindo de uma análise classista e social, não apenas da narrativa ou do discurso.

Neste caso, Pomata aponta que “que a história do gênero, entendida como história da construção social, através de discursos e práticas, das categorias do masculino e do feminino, é perfeitamente legítima e que representa um domínio de extrema utilidade da investigação

---

University Press, 1987; DELPHY, Christine. Les Femmes dans les Etudes de Stratification. In: MICHEL, Andrée (org.). **Femmes Sexisme et Sociétés**. Paris: Sociologie D’Aujourd’hui PUF, 1977; GUILLAUMIN, Collete. **Sexe, race et pratique du pouvoir: L’idée de nature**. Paris: Coté-femmes, 1992.

<sup>51</sup> DUBY, Georges; PERROT, Michéle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

<sup>52</sup> DUBY, Georges; PERROT, Michéle (dir.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1993.

<sup>53</sup> DUBY, Georges; PERROT, Michéle. **As mulheres e a História**. Lisboa: Dom Quixote, 1995, p. 11.

<sup>54</sup> ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, pp. 34-58, 2015.

<sup>55</sup> STOLCKE, Verena. Mulheres e Trabalho. **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 26, 1990.

<sup>56</sup> ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.

histórica”<sup>57</sup>. Indicando que não podemos confundi-la com a história das mulheres, Pomata ressalta que “a primeira tarefa da história das mulheres não é, em meu entender ‘desconstruir’ os discursos masculinos sobre as mulheres, mas superar essa ‘penúria dos factos’ relativo à sua existência que tornou a historiografia ‘tão irreal, tão coxa’ e, diria eu, tão pobre”<sup>58</sup>. No entanto, as duas percepções seriam mais ricas se compreendidas enquanto pares, e não como convergentes.

É necessário enfrentar uma correlação entre a história das mulheres e a história do gênero, uma vez que o papel da mulher foi, ao longo dos séculos e mais especificamente no século XX, convertido a partir de pressupostos de interesses políticos e sociais em regimes de cunho autoritário. Neste aspecto, deparamo-nos com uma construção social que busca das e nas mulheres: a submissão, a passividade, os compromissos maternais e de cuidados e a inferioridade em direitos; atributos que cumprem uma missão histórica nos objetivos de dada sociedade.

Em Portugal, com as alternâncias de poder desde 1926/33 até a Revolução de 1974, o papel da mulher, apoiado e largamente discursado pelo Estado, buscava enquadrar as mulheres nos atributos referidos anteriormente. Às margens disto, temos as mulheres resistentes, insubmissas, críticas e que enfrentaram o lugar de fala que lhes era imposto. Contudo, no caso das lutas operárias durante o período revolucionário, é preciso ter em conta que as trabalhadoras carregavam, e ainda carregam, o fardo do que a construção social diz sobre o que “é ser mulher” e, paralelamente, do que objetivamente estas consideravam como as definições que envolvem o “ser mulher”. Não é possível reconstruir as histórias dessas operárias sem correlacionarmos o significado que abrangia, mesmo que inconscientemente, seus papéis sociais.

Para se fazer história do gênero sobre as operárias portuguesas, é preciso um trabalho interdisciplinar de relação social, psicológico e antropológico sobre as construções sobre o que é “ser mulher”, mas também o que é “ser homem” na sociedade. Não parece ser possível e crível que a história do gênero predomine sobre a construção do feminino, mas não sobre o masculino. Ademais, claro que a construção do feminino está irreparavelmente ligada ao discurso e à construção social elaborada por homens. Justamente porque a História é

---

<sup>57</sup> POMATA, Gianna. História das mulheres, história do gênero: observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na História das Mulheres no Ocidente. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **As mulheres e a história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995. pp. 28-29.

<sup>58</sup> *Idem*.

maioritariamente masculina. Face ao capitalismo, lidaríamos ainda com o conceito de patriarcado que tão bem se ajusta às construções do gênero. Contudo, para se entender no que o feminino se transformou a partir do discurso e da prática dos homens, seria necessário compreender também a construção do “gênero” masculino. Neste caso caberia adotarmos uma relação entre ambas as categorias analíticas e buscarmos uma resposta sobre a história social das mulheres operárias durante o período revolucionário português, de forma a utilizarmos as duas ferramentas conceituais e analíticas sem deixarmos que as amarras teóricas transportem o objeto de pesquisa para uma ou outra caixa estagnada de observação.

O conceito de exploração, chave no marxismo para compreender as relações antagônicas entre as classes sociais, não basta sozinho para entender os processos de opressão sofridos pelas mulheres na sociedade capitalista, as quais têm especificidades que ultrapassam a classe social de uma forma homogênea. Ao problematizar conceitos e questões analíticas dentro do marxismo, buscamos, sem dúvida, enriquecer essa teoria de transformação de sistema, relacionando de forma direta e específica os agentes envolvidos no processo seja de tomada de poder seja na conscientização dos papéis desempenhados pelas respectivas classes, que, por sua vez, são constituídas por agentes ativos.

Os processos históricos que vivenciamos hoje são objetivamente desencadeados por ações passadas, experimentados a partir de paradigmas, constantes lutas por poder, vitórias e derrotas da classe trabalhadora. Justamente por isso, abarcar determinadas conjunturas e, neste caso, temas sobre mulheres operárias durante um período de efervescências e mudanças, faz-se essencial para compreendermos os limites e as possibilidades teóricas na construção desse objeto de pesquisa.

## Referências

### Fontes

Arquivo do Ministério das Finanças, Lisboa. Processo SETF/GSEF/008/0168. Processos de indemnizações por nacionalização ou expropriação pertencentes a cidadãos estrangeiros. Sogantal – Sociedade Industrial Luvas e Têxteis do Montijo, SARL (1973.04.06 – 1986.10.16).

**Combate**. Ano I, n.1, 21 de Junho de 1974.

Estatísticas de Saúde, INE, I.P., **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014.

SEM AUTORIA. O nosso primeiro comunicado. **Jornal da Sogantal**. n 1. Disponível em: <<https://ephemerajpp.com/2012/11/10/jornal-da-sogantal/>>. Acesso em: 21 out. 2020.

**Mulheres na Fábrica de Loiça de Sacavém.** Edição por Museu de Cerâmica de Sacavém; Divisão de Patrimônio Cultural; Departamento Sociocultural e Câmara Municipal de Loures. Depósito Legal nº 164787/01. 2001.

### **Bibliografia especializada**

ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista.** São Paulo: Nobel, 1986.

ALMEIDA, Ana Nunes. As mulheres e a história da produção. **Educação e Trabalho (As Mulheres e o Trabalho)**, Portugal, n.32, pp. 16-22, 1984.

ALMEIDA, Ana Nunes. Mulheres e famílias operárias: a “esposa doméstica”. **Análise Social**, Portugal, v. XXVII, n. 120, pp. 105-132, 1993.

ALMEIDA, Ana Nunes. Trabalho Feminino e estratégias familiares. **Análise Social**, Portugal, v. XXI, n. 85, pp. 7-44, 1985.

ALVES, Paulo Marques. Da exclusão à sub-representação – dois séculos de relações problemáticas entre sindicatos e mulheres. **Jornal of studies on citizenship and sustainability**, Porto, v. 3, pp. 158-177, 2017.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. A marquesa de Alorna e as cartas de exílio em Inglaterra. **Revista de Ciências Históricas Universidade Portucalense**, Porto, v. IV, pp. 327-337, 1989.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. A marquesa de Alorna: de defensora das Luzes a agente contra-revolucionária. **Revista de História das Ideias: Instituto de História e Teoria das Ideias**, Coimbra, n. 10, pp. 265-279, 1988.

ALVIM, Maria Helena Vilas-Boas e. Das donas e donzelas d’aquém e além-Douro. **O Tripeiro**, Portugal, 7 série, ano XVI, v. 3, pp. 79-85, 1997.

ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, pp. 34-58, 2015.

BAPTISTA, Virgínia. **As Mulheres no Mercado de Trabalho em Portugal: Representações e Quotidianos (1890- 1940).** Lisboa: CIDM, 1999.

BAPTISTA, Virgínia. **Proteção e direito das mulheres trabalhadoras em Portugal – As origens do Estado-Providência (1880-1943).** 2012. Tese (Doutoramento) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2012.

BAPTISTA, Virgínia. **Proteção e Direitos das Mulheres Trabalhadoras em Portugal 1880-1943.** Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

BARRADAS, Ana. Feminismo anti-operário. **História**, Portugal, ano XX, n.11, pp. 48-55, 1999.

BETTENCOURT, Ana Maria. **Mulheres Políticas: as Suas Causas.** Lisboa: Quetzal, 1995.

ESTEVES, João Gomes. **A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas.** Uma Organização Política e Feminista (1909-1919). Lisboa: CIDM, 1991.

BRINCA, Pedro; BAÍA, Etelvina. **Memórias da Revolução no Distrito de Setúbal: 25 anos depois.** Setúbal: Setúbal na Rede, 2001.

- CEREZALES, Diego Palacios. **O poder caiu na rua, Crise de Estado e acção colectiva na revolução portuguesa 1974-1975**. Lisboa: ICS, 2003.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, bar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. Campinas: Editora Unicamp, 2012.
- COSTA, Albérico Afonso. **Setúbal, cidade vermelha 1974/1975. Sem perguntar ao Estado qual o caminho a tomar**. Setúbal: Estuário, 2017.
- COUTO-POTACHE, Dejanirah. Les origines du féminisme em Portugal. **Utopie et Socialisme au Portugal au XIXe siècle, Actes du Colloque**. jan. 1979. Paris, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, pp. 449-478, 1982.
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia. Carolina Michaelis de Vasconcelos (1851-1925): Uma alemã, mulher e erudita em Portugal. **Biblos**, Coimbra, v. LXI, 1985(a).
- DELILLE, Maria Manuela Gouveia. Em memória de Ana Luísa Rodrigues de Freitas (1846-1919). Rodrigues de Freitas. A obra e os contextos. **Actas do Colóquio**, outubro de 1996, Porto, pp. 241-252, 1985(b).
- DELPHY, Christine. Les Femmes dans les Etudes de Stratification. In: MICHEL, Andrée (org.). **Femmes Sexisme et Sociétés**. Paris: Sociologie D’Aujourd’hui PUF, 1977.
- DIAS, José Henriques. Mulheres no movimento operário nos alvares da Primeira República. **Faces de Eva**, Lisboa, v. 3, pp. 61-79, 2000.
- DUBY, Georges; PERROT, Michèle. **As mulheres e a História**. Dom Quixote, 1995.
- ESTEVES, João Gomes. **As origens do Sufragismo em Portugal**. A Primeira Organização Sufragista Portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918). Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- FARGE, Arlette; PERROT, Michelle. Debate. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **As mulheres e a história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- FERREIRA, José Maria. Autogestão na Sogantal. In: RODRIGUES, Francisco Martins (org.). **O Futuro era agora: o movimento popular do 25 de Abril**. Lisboa: Edições Dinossauro, 1994.
- FERREIRA, Virgínia. Padrões de segregação das mulheres no emprego: Uma análise do caso português no quadro europeu. In: SANTOS, Boaventura Sousa (org.). **Portugal: Um Retrato Singular**. Porto: Afrontamento, 1993.
- FIADEIRO, Maria Antónia. **Maria Lamas (1893-1983), jornalista. Tentativa e tentação bibliográfica**. Dissertação (Mestrado). Universidade Aberta, Lisboa, 1999.
- GUILLAUMIN, Collete. **Sexe, race et pratique du pouvoir: L’idée de nature**. Paris: Coté-femmes, 1992.
- GUIMARÃES, Elina. **Mulheres Portuguesas Ontem e Hoje. Cadernos Condição Feminina**, v. 24, Lisboa: CIDM, 1989.
- GUIMARÃES, Elina. **Sete Décadas de Feminismo**. Lisboa: CIDM, 1991.
- HARTSOCK, Nancy. The feminist standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism. In: HARDING, Sandra (org.). **Feminism and Methodology**. Bloomington: Indiana University Press, 1987.

- HELENA, Maria; KONING, Marijke de. **Lugares emergentes do sujeito-mulher: viagem com Paulo Freire e Maria de Lourdes Pintassilgo**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. A classe operária tem dois sexos. **Estudos Feministas**, v. 1, pp. 93-100, 1994.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **25 de Abril – 40 Anos de Estatísticas**. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 2014
- JOAQUIM, Teresa. **As Causas das Mulheres ou a Comunidade infigurável**. Lisboa: Livros Horizonte, 2006.
- JOAQUIM, Teresa. **O longo caminho das mulheres: feminismos 80 anos depois**. Lisboa. Publicações D. Quixote, 2007.
- LOPES, Ana Maria Costa. Sexo e Género: Algumas notas epistemológicas para a análise da mentalidade no século XIX. **Ex æquo**, Portugal, n.1, pp. 45-60, 1999.
- MAGALHÃES, Maria José; et al (coord.). **Quem tem medo dos feminismos?** Coimbra: Nova Delphi, 2008.
- MAILER, Phil. **Portugal: a revolução impossível?** Lisboa: Antígona, 2018.
- MARQUES, António Soares. Ana de Castro Osório e a literatura infanto-juvenil (subsídios para um estudo). **Beira Alta**, Portugal, n. XLIX, 1990.
- MATIAS, Maria Goretti. As mulheres operárias: as tabaqueiras (1865-1890). **Boletim de Estudos Operários**, Lisboa, n.9, pp. 7-30, 1986.
- MATIAS, Maria Goretti. As operárias do século XIX e o mito da eterna feminilidade. **Educação e Trabalho (As Mulheres e o Trabalho)**, Portugal, v. 32, pp. 23-27, 1984.
- MAXWELL, Kenneth. **O império derrotado: revolução e democracia em Portugal**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- NUNES, Maria de Fátima. Angelina Vidal e o mundo do Trabalho. Apontamentos de um discurso feminino. **A mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais**, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, Coimbra, v.1, pp. 457-465, 1986.
- OLIVEIRA, Luísa Tiago. **Estudantes e Povo na Revolução: o Serviço Cívico estudantil (1974-1977)**. Oeiras: Celta Editora, 2004.
- PENA, Cristiana. **A Revolução das Feministas Portuguesas (1972-1975)**. 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Aberta, Portugal, 2008.
- PERISTA, Heloísa. Género e trabalho não pago: os tempos das mulheres e os tempos dos homens. **Análise Social**, Portugal, v. 37, n. 163, pp. 447-474, 2002.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Editora da Universidade do Sagrado Coração, 2005.
- POMATA, Gianna. História das mulheres, história do género: observações sobre a Idade Média e a Época Moderna na História das Mulheres no Ocidente. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (org.). **As mulheres e a história**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

- REZOLA, Maria Inácia. **25 de Abril: mitos de uma revolução**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2008.
- RUIVO, Beatriz. A mulher e o poder profissional: a mulher em atividade de investigação científica em Portugal. **Análise Social**, Portugal, n. XXII, v.92-93, pp. 669-680, 1986.
- SCOTT, Joan W. Gender: A useful category of historical analysis. **The American Historical Review**, v. 91, n.5, pp. 1053-1075, 1986.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Os estudos sobre as mulheres: a difícil interdisciplinaridade. **ex æquo** [online], n.1, pp. 29-32, 1999. Disponível em: <<https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/os-estudos-sobre-as-mulheres-a-dificil-interdisciplinaridade>>. Acesso em: 20 out. 2020.
- SILVA, Maria Regina Tavares da. Heroínas da expansão e descobrimentos. **Cadernos Comissão Feminina**, Lisboa, v. 31, 1989.
- SILVA, Maria Regina Tavares da. Mulheres portuguesas. Vidas e obras celebradas. Vidas e obras ignoradas. **Boletim da Comissão da Condição Feminina**, v. 4, pp. 37-51, 1981.
- SILVA, Maria Regina Tavares da. **A mulher. Bibliografia portuguesa anotada (1518-1998)**. Lisboa: Edições Cosmos, 1999.
- SMITH, Dorothy. **The everyday world as problematic: a feminist sociology**. Boston: Northeastern University Press, 1987.
- SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: Trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- STOLCKE, Verena. Mulheres e Trabalho. **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 26, 1990.
- SUÁREZ, Miguel Ángel Pérez. **Contra a exploração capitalista: Comissões de trabalhadores e luta operária na Revolução Portuguesa (1974-1975)**. 2008. Dissertação (Mestrando em História dos séculos XIX e XX) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2008.
- TAVARES, Manuela. **Movimento de mulheres em Portugal – décadas de 70 e 80**. Lisboa: Livros Horizonte, 2000(b).
- VAQUINHAS, Irene. Impacte dos estudos sobre as mulheres na produção científica nacional: o caso da História. **Ex æquo** [online], n. 6, pp. 147-174, 2002. Disponível em: <<https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/impacte-dos-estudos-sobre-as-mulheres-na-producao-cientifica-nacional>>. Acesso em: 22 out. 2020.
- VARELA, Raquel. Ruptura e pacto social em Portugal (1974-2012). **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 49, pp. 335-368, 2013.
- VARELA, Raquel. **História do Povo na revolução Portuguesa**. Lisboa: Bertrand Editora, 2014.
- VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões; ALCÂNTARA, Joana. A revolução dos Cravos: revolução e democracia, um debate. **Outros Tempos**, UEMA, v.11, n.17, 2014.
- VIEIRA, A. Celeste. **Mulheres em Luta: a educação e dinâmica de auto-organização das empregadas domésticas portuguesas do sindicato do serviço doméstico (1960-1986)**. Porto: Edições Afrontamento, 2018.